

Crise e trabalho: interrogações em tempos de pandemia

Ana Paula Marques

Professora Associada com Agregação do Departamento de Sociologia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-9458-2915

A atual pandemia provocada pela COVID-19 constitui uma crise global sem precedentes dada a imprevisibilidade da sua trajetória de evolução e consequências sanitárias, económicas, sociais, políticas e ambientais. Sabe-se, no entanto, que os mais recentes estudos apontam para que o impacto da COVID-19 nos diversos domínios da esfera pública e privada tenderá a ampliar as desigualdades existentes e aprofundará as clivagens inscritas, quer em divisões sociais historicamente “datadas” quer em “novas” morfologias de contextos e interação social. A mercadorização do *valor* do trabalho pela financeirização da economia, nas últimas décadas, associada à crise de 2008 e consequente período de austeridade enfrentado por Portugal entre 2011 e 2015, tem hegemonizado uma lógica de institucionalização crescente de desregulação, privatização, flexibilização e precarização das condições de produção e reprodução dos atores sociais. Focando-nos no mundo do trabalho, importa dar conta da urgência da reflexão sobre o (des)valor do trabalho nos interstícios da “pandemia do capital” (Antunes, 2020) ou “no novo normal que é a pandemia intermitente” (Santos, 2020) e sua tendência de alastramento para um trabalho decente no futuro.

Para tal, convocam-se, três interrogações que estruturaram as seguintes secções da nossa reflexão. Das múltiplas faces da *crise* do trabalho de hoje, o que resiste como denominar comum na economia global? Como assegurar que as gerações mais jovens não se transformem em “infoproletariado” ou “cibertariado”, sujeitos a lógicas de *intensificação* do capital e *desumanização* do trabalho vivo? E, finalmente, que compromisso intersubjetivo se pode potenciar dos atores sociais que vivem do trabalho para a renovação de condições dignas e projeção de futuros possíveis?

***Sopa Wuhan*¹ e as faces da crise dos que vivem do trabalho**

Nas vésperas da pandemia provocada pela COVID-19, e em articulação com os impactos da REV 4.0², as “novas” morfologias de trabalho têm sido reveladoras de desigualdades e vulnerabilidades dos atores sociais na sua relação com o trabalho (Marques, 2020; 2019). Esta quarta revolução industrial é marcada pela convergência de tecnologias físicas, digitais e biológicas e transformará, na perspetiva de Schwab (2018), a forma como vivemos, nos relacionamos e trabalhamos. Projetam-se “fábricas inteligentes” ou sistemas globais de produção geridos virtualmente através de plataformas colaborativas. Nada e ninguém se encontrará totalmente imune às alterações dos ciclos de vida cada vez mais curtos de inovação constante nos processos e produtos. Do outro lado destas transformações estruturais na natureza do capital e na produção, está em curso uma reconversão ideológica (Marques, 2010), com impacto nas estruturas escolares e profissionais, nas lógicas de organização do trabalho e do emprego e seus derivados (fenómenos de precariedade, subemprego,

¹ *Sopa de Wuhan* constituiu um dos primeiros esforços de reflexão em torno da pandemia da COVID-19, com o contributo de filósofos contemporâneos (nomes como Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Judith Butler, Alain Badiou, entre outros).

² Schwab (2018) designa de quarta revolução industrial, ou Indústria 4.0 para destacar a transição em direção a novos sistemas que foram construídos sobre a infraestrutura da revolução digital, marcada pela convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas.

desemprego e exclusão do mercado de trabalho), bem como na intensificação de fenómenos, entre outros, de marginalização étnica e género, destruição ambiental, mercadorização da vida e incentivo ao conflito e à guerra, contribuindo para uma crescente fragmentação e exclusão social.

Tendo como pano de fundo este contexto, são várias as dimensões de (in)visibilidade objetiva, mas também subjetiva, de desigualdades socioeconómicas dos que *vivem* do trabalho e seu denominador comum. A esse propósito, refiram-se exemplos que incluem trabalhadores temporários, digitalizados, informais, *uberizados*, ou seja, todos os que integram a categoria que *mede* a “subutilização do trabalho”³. Estes, por serem obrigados a ficar em isolamento social ou alvo de *lay-off* (total ou parcial) ou de não renovação dos contratos de trabalho ou prestação do serviço, veem os seus salários reduzidos ou não têm direito a ele, incluindo direitos de proteção social em contexto laboral. Incluem-se também todos os que se transformaram em “empresários nómadas”, próximo de registos de autoemprego, trabalhador independente e *freelancer*, com usos desiguais face às plataformas online e recursos digitais. Se apresentam como fator atrativo a independência contratual e subordinação hierárquica, com a liberdade de gestão do “tempo” e “espaço” de trabalho, encontram-se, igualmente, sujeitos à lógica de mercado, seus riscos e externalização dos custos de produção e, no limite, expostos à informalidade económica (Williams & Kayaoglu, 2020) e aos perigos da sua integridade em termos de saúde pública (Marà & Pulignano, 2020)⁴.

Por fim, a modalidade de teletrabalho⁵, potenciada pela urgência de confinamento social e a manutenção da atividade profissional de serviços e setores económicos em tempos de pandemia, permite-nos renovar divisões sociais historicamente “datadas”, como trabalho intelectual *versus* manual, colarinhos brancos *versus* azuis e atividades femininas *versus* masculinas. Esta flexibilidade temporal e espacial, com um desenvolvimento residual partir dos anos 80 do século XX, apresenta uma expansão inusitada na história recente do trabalho⁶, sobretudo para os que trabalham com a informação, os designados “analistas simbólicos” (Reich, 2004). Ainda que os trabalhadores envolvidos no teletrabalho contribuam para notoriedade desta realidade por todo mundo (*ex. small office/home office, off-shore, call-centers, trabalho informal*), importa referir que nem todas as atividades são transferíveis para

³ A taxa de “subutilização do trabalho”, criada pelo INE, agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis para trabalhar e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego. Através deste indicador, fica mais perceptível a abrangência do impacto da COVID-19 na dinâmica do mercado de trabalho. Em agosto de 2020, registou-se uma taxa de 14,9%, valor bem superior à taxa de desemprego (8,1%). Ver https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

⁴ As autoras relembram o perigo, por exemplo, dos trabalhadores do comércio de entrega ao domicílio através de plataformas online (e.g. *UberEats, Foodora, Glovo*), de serem contagiados pela doença e de se tornarem um veículo para sua propagação e que, em regra, não têm um seguro de saúde.

⁵ O termo teletrabalho (*telecommuting* ou *telework*, em Inglês) coloca em convergência as noções de “trabalho à distância” e “trabalho em casa”, e apresenta designações equivalentes, como *home office* ou trabalho remoto.

⁶ Segundo estimativas mais recentes, esta medida terá condicionado um terço da população global (Kaplan, Fraias & Johnsen, 2020).

essa modalidade, sobretudo atividades de proximidade e interação social (Dingel & Neiman, 2020). Muitas assentam em formas de subordinação e controle, por via de triangulação e/ ou externalização produtiva, e de vulnerabilidade acrescida, por via da opacidade da natureza do vínculo contratual (de trabalho ou de serviços). Acresce, igualmente, a fragilidade (ou inexistência) de proteção social, capacidade de negociação ou defesa sindical e de erosão das fronteiras público e privado. Por conseguinte, os riscos laborais e sociais a que se encontram sujeitos são o seu denominador comum, tal como para os que ilustram as “novas” faces do trabalho atrás enunciadas.

Lockdown generation? Jovens entre crises

Inúmeros estudos empíricos têm destacado o trabalho como experiência social central da contemporaneidade, profundamente heterogénea, variável e ambivalente. Dando particular destaque aos jovens e sua relação com o trabalho, importa refletir sobre as consequências do universo maquino-informacional-digital em curso, que contribui para profundas metamorfoses dos empregos/profissões no futuro, e os impactos da crise sanitária, económica e social decorrente da pandemia da COVID-19.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a situação atual é particularmente severa para os jovens ao: i) potenciar disrupções na educação, na formação e na aprendizagem baseada no trabalho; ii) intensificar as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho que já se vinham manifestando; e iii) agravar a qualidade de emprego quanto à remuneração, estabilidade e direitos sociais. O diagnóstico traçado nos mais recentes relatórios sobre os jovens (ILO, 2020a, 2020b) revela que se está perante o que se tem vindo a designar por lockdown generation (ILO, 2020b), caso não se acionem políticas públicas específicas de suporte por parte dos governos. A sustentar este cenário, refira-se a tendência de agravamento das condições de transição para o mercado de trabalho e oportunidades de carreiras, acentuando as divisões digitais por parte dos jovens detentores de capital (educativo e simbólico) que permita o retorno dos seus investimentos, face a jovens com poucos qualificações; a maior vulnerabilidade ao desemprego, não renovação de contratos de trabalho, subemprego; a probabilidade de deterioração do bem-estar mental, pela incidência de fenómenos de ansiedade e depressão, fruto das dificuldades acrescidas na sua relação com o trabalho; e o questionamento e/ou reivindicação de direitos laborais seja por não se lhes aplicarem, seja por lhes serem retirados, de cidadania e participação na sociedade civil e comunitária. É importante perceber que estes impactos são visíveis não apenas numa perspetiva intrageracional, como sobretudo na relação entre diferentes gerações e capacidade de assegurar o contrato social de solidariedade recíproca que constitui a base do que se convencionou designar no ocidente de Welfare State. Por isso, urge questionar: como assegurar que as gerações mais jovens não se transformem em “infoproletariado” ou “cibertariado”, sujeitos a lógicas de intensificação do capital e desumanização do trabalho vivo? Ou seja, nos “futuros” de trabalho mais acelerados, conectados, mas também mais competitivos, incertos e vulneráveis, somos desafiados a repensar os modelos de reorganização do trabalho e sua articulação com a vida familiar/privada, preservando culturas e identidades de

trabalho, redes de sociabilidades e procura de sentidos de autorrealização no e fora do trabalho.

Pandemia do capital, (des)valor do trabalho e compromisso intersubjetivo

No contexto da literatura ocidental, assinale-se a tese da crise do trabalho, enunciada desde os anos 70 do século passado, perante a inevitabilidade da superação tecnológica e a perda da centralidade do trabalho. A (re)atualização daquela tese afigura-se premente não apenas no quadro de pré-pandemia face à REV 4.0, como nas fases durante e pós o confinamento e distanciamento físico. Igualmente, quando se antecipam os “futuros” do trabalho, não está em causa apenas a extensão da realidade ainda herdeira de um quadro normativo que tem oposto o “fim do trabalho” ao “fim do trabalho estável” ou ao “emprego para a vida”. Para lá das polémicas sobre as causas que têm sustentado a tese do “fim do trabalho”, tal como o temos vindo a conhecer, é consensual admitir-se as suas profundas metamorfoses. Estas decorrem das exigências de polivalência e flexibilidade dos sistemas produtivos e tecnológicos, por um lado, e das práticas de desregulação, instabilidade dos mercados de trabalho, por outro. Estamos também a vaticinar, nesta era do conhecimento, a “insustentável leveza do trabalho” dada a sua crescente (des/i)materialização e, por conseguinte, a discutir a possibilidade de *descentramento* do trabalho enquanto espaço-tempo de estruturação, socialização e distinção social.

Face às imposições da pandemia da COVID-19, como isolamento e distanciamento físico, a expansão da modalidade de teletrabalho em setores económicos que até então receávamos, mas também a solidariedade e interajuda na esfera pública, mostra que é possível – e desejável – mudar a lógica mercantilista da economia e criar novas formas de viver mais racionais e proveitosas para o mundo contemporâneo. Esta é visão de Domenico De Matti, conhecido pela sua obra *O ócio criativo* (2000), mas também de outras publicações sobre o futuro do trabalho. Otimista, este autor sustenta a tese de que a digitalização e a automação permitirão libertar tempo de trabalho orientado para a vida pessoal, familiar, cultural e comunitária. Com a reorganização dos tempos de trabalho e extratrabalho as empresas e os trabalhadores podem ser mais criativos e produtivos.

Em contraponto, Danièle Linhart (2014), com investigação relevante sobre o sofrimento no trabalho, em especial a “precariedade subjetiva”, alerta para o agravamento do carácter penoso do atual padrão produtivo, ancorado na precarização das relações de trabalho e no gerencialismo, que afeta a saúde dos trabalhadores, a sua produtividade e as relações sociais dentro e fora do contexto de trabalho. Para ela, o atual contexto pandémico tenderá a agravar desigualdades e vulnerabilidades ao se aceitar a desconexão do trabalho da sua finalidade social, isto é, do seu sentido e propósito principais. Numa entrevista concedida ao *Libération*, Linhart (Mouillard, 2020) enuncia uma das contradições dos tempos atuais quanto às exigências de se “ser feliz” no trabalho (ex. *chief happiness officers*, massagens) e os mecanismos de controlo exercidos sobre os trabalhadores (ex. normas, protocolos, indicadores). Com

a pandemia da COVID-19, essa tensão tenderá a agravar-se, já que, por exemplo, se impõe o regime de teletrabalho para a proteção da saúde do trabalhador, mas, ao mesmo tempo, a informática permite a rastreabilidade para monitorizar quando as pessoas se conectam e por quanto tempo trabalham, para que continuem a cumprir os seus objetivos personalizados. Com efeito, as reconfigurações das políticas de gestão e organização do trabalho, dos saberes e práticas, em especial a difusão (in) visível do teletrabalho, não se encontram isentas de ambivalências ao instituir processos de agravamento de formas subtis de dominação e invisibilidade do laço de subordinação, podendo culminar em sofrimento pessoal e social.

No ideário justificativo da “pandemia do capital” (Antunes, 2020), fica patente a tendência para se exacerbar a técnica, subjugando a dimensão humana, e a compulsão para a extração, a uma escala planetária, do sobre-trabalho numa lógica de hiper-competitividade de cada um e coletivamente. A evidência ontológica da centralidade do valor do trabalho, enquanto expressão profundamente humana, pressupõe reflexividade e reivindicação permanentes na renovação de condições dignas e projeção de futuros possíveis. Significa que se torna urgente desenvolver uma consciência das condições objetivas e subjetivas da praxis laboral para um compromisso intersubjetivo de vinculação a uma profissão/ocupação, a uma comunidade ou coletivo, a uma solidariedade local e planetária.

Referências

- Agamben, G., Zizek, S., Berardi, F. B., López Petit, S., Butler, J., Badiou, A., Harvey, D., Han, B. C., Zibechi, R., Galindo, M., Gabriel, M., Yanéz González, G., Manrique, P. & Preciado, P. B. (2020). *Sopa de Wuhan - Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. Buenos Aires: Editorial ASPO. <http://tiempodecrisis.org/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf?fbclid=IwAR386959-q7FG9ZCeGsEFSxG-BOerZNNMf3s1hmLn8nYjcieT4QA-yyx6zE>
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus. O trabalho sob fogo cruzado* [Ebook]. São Paulo: Boitempo.
- De Masi, D. (1999). *O futuro do trabalho*. São Paulo: Editora Jose Olympio.
- De Masi, D. (2000). *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Editora Sextante.
- Dingel, J. I. & Neiman, B. (2020). How many jobs can be done at home? *National Bureau of Economic Research*, Working Paper 26948. <http://www.nber.org/papers/w26948>
- International Labour Organization (ILO). (2020a, 27 de maio). ILO Monitor: COVID-19 and the world of work. Fourth edition. Updated estimates and analysis. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_745963.pdf
- International Labour Organization (ILO). (2020b). *Youth & COVID-19: Impacts on jobs, education, rights and mental well-being* (Relatório). https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_753026.pdf
- Kaplan, J., Frias, L. & Johnsen, M. M. (2020). A third of the global population is on coronavirus lockdown – here’s our constantly updated list of countries and restrictions. *Business Insider*. <https://www.businessinsider.com/countries-on-lockdown-coronavirus-italy-2020-3>
- Linhart, D. (2014). Modernização e precarização da vida no trabalho. In R. Antunes (Ed.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III* (pp. 45-54). São Paulo: Boitempo.

- Marà, C. & Pulignano, V. (2020). Working – Work disruption in a context of pandemics: social bonds and the 'crisis society' (RN17). *European Sociologist*, 45(1). <https://www.europeansociologist.org/issue-45-pandemic-impossibilities-vol-1/working---work-disruption-context-pandemics-social-bonds-and>
- Marques, A. P. (2010). 'Sacralização' do mercado de trabalho. Jovens diplomados sob o signo da precariedade. *Configurações*, 7, 65-89. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.183>
- Marques, A. P. (2019). Revolução 4.0. e competências. De que "futuros" de trabalho falamos? *Dirigir & Formar*, 22, 32-35. <http://opac.iefp.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=90316&img=3153>
- Marques, A. P. (2020). Na fronteira do mercado de emprego: jovens, trabalho e cidadania. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 18(s1). <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00249>
- Mouillard, S. (2020, 29 de abril). Télétravail: "L'activité se retrouve déconnectée de sa finalité sociale" [Entrevista a Danièle Linhart]. *Libération*. https://www.liberation.fr/france/2020/04/29/l-activite-se-retrouve-deconnectee-de-sa-finalite-sociale_1786888
- Reich, R. B. (2004). *O futuro do sucesso: viver e trabalhar na nova economia*. Lisboa: Terramar.
- Santos, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina.
- Schwab, K. (2018). *A quarta Revolução Industrial*. Lisboa: Editora Levoir.
- Williams, C. C. & Kayaoglu, A. (2020). COVID-19 and undeclared work: impacts and policy responses in Europe. *The Service Industries Journal*, 40, 914-931. <https://doi.org/10.1080/02642069.2020.1757073>